



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2025 a 31/10/2025

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/5

206.2025	Sessão Ordinária - CD	01/10/2025-18:56
Publ.: - -	Chico Alencar-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou que a votação do projeto sobre a isenção do Imposto de Renda deveria ser tratada com seriedade e não como mero dia histórico. Ressaltou que a proposta precisava manter equilíbrio entre três pontos: isenção até 5 mil reais, redução para quem recebia até 7.350 reais e taxaço dos super-ricos, inclusive de lucros e remessas ao exterior, como medida de justiça tributária. Também defendeu que o Parlamento inaugurasse uma etapa de pautas propositivas e debates de alto nível, citando temas como regulação das big techs, jornada de trabalho, direitos de trabalhadores de aplicativos, PEC da Segurança Pública e reforma tributária ampla sobre renda e patrimônio. Além disso, defendeu os vetos do Presidente Lula aos projetos conhecidos como PL da Devastação e Nova Lei da Ficha Limpa.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Charles, colegas de representação, eu sou um velho professor de História da rede municipal, lá nos primórdios de vários colégios do Rio de Janeiro, e, depois, por concurso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Então, eu tenho muito critério ao falar de algo que é meio corriqueiro aqui.

Nós, numa espécie de autoelogio, dizemos "*Este foi um dia histórico do Parlamento*", ou "*Este vai ser um dia histórico*". Menos. A votação prevista para hoje já demora bastante. Imaginava que a sessão ia começar às 16 horas, e isso não aconteceu.

De qualquer maneira, espero que o Colégio de Líderes esteja incubando um bom projeto, ajustado, que não decepe nem decepcione nenhuma das suas três partes indissociáveis: a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais por mês, a redução do imposto para quem ganha 7.350 reais e a taxaço dos lucros não tributados, dos ganhos da remessa para o exterior, dos muito ricos, que ganham acima de 600 mil por mês. Isso é uma questão de justiça tributária. Um aspecto não existe sem o outro. O projeto não é só de



isenção, não.

Queria dizer que hoje a gente inaugura uma nova etapa, um novo ciclo para este Parlamento, de pautas propositivas — isso é muito importante — e de boas discussões de alto nível. Eu quero dizer que, além dessa proposta que vamos discutir e votar aqui hoje — essa é a grande expectativa de muita gente do povo, que até acompanha as nossas sessões —, nós temos que entrar em outras discussões fundamentais, por exemplo, a regulação, que está longe de ser censura, das grandes plataformas, das *big techs*, que têm um poder imenso no mundo. Em muitos países já há limites. A gente precisa avançar para a nossa soberania digital, tão importante.

Jornada de trabalho, direitos trabalhistas para os trabalhadores de aplicativos e discussão com vistas à redução da jornada seis por um, é outro ponto fundamental. É importante também a gente discutir e votar aqui a PEC da Segurança Pública, que já tarda.

Nós vamos continuar na luta para uma reforma tributária plena da renda, o que hoje é o primeiro passo, e do patrimônio. Não devemos derrubar vetos corretos do Presidente Lula em relação ao PL da Devastação e Lei da Ficha Limpa. É muito importante a gente avançar na ética pública, no interesse público e num Parlamento de alto nível de debates. É essa a nossa função.

Obrigado, Presidente.

Documento 2/5

209.2025	Sessão Ordinária - CD	07/10/2025-15:36
Publ.: DCD - 08/10/2025 - 74	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do encontro da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enfatizando o papel desses centros na inovação científica e tecnológica do país. Relatou ter visitado os seis institutos federais de Minas Gerais e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), onde presenciou pesquisas conduzidas por jovens, símbolo do potencial criativo nacional. Além disso, explicou que a nova política industrial brasileira está estruturada em quatro eixos principais: maior capacidade exportadora; sustentabilidade e economia verde; competitividade com base na reforma tributária; e inovação com alto valor agregado. Por fim, afirmou que o objetivo é transformar o Brasil em um país exportador de tecnologia e produtos de valor agregado, reduzindo a dependência de commodities e promovendo desenvolvimento com distribuição de renda.



O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero registrar momento importante para a ciência, tecnologia e inovação que foi o encontro da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial — Abdi com todos os nossos Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia.

Visitei os seis institutos de Minas Gerais, além do Cefet, e presenciei ali várias pesquisas — jovens que inovam para o futuro. A nova política industrial brasileira tem quatro eixos: uma indústria mais exportadora; uma indústria mais sustentável, verde; uma indústria mais competitiva, a partir da reforma tributária; e uma indústria mais inovadora, com valor agregado.

Portanto, o Brasil caminha para ser um país não primário exportador, mas para ser um país exportador de valor agregado, gerando riqueza e distribuindo-a para o seu povo.

Documento 3/5

221.2025	Sessão Ordinária - CD	15/10/2025-15:32
Publ.: DCD - -	Luiz Gastão-PSD -CE	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado apresentou um balanço de seu mandato, destacando a integração entre fé, política e compromisso social. Afirmou que atua como cristão, defendendo a liberdade religiosa dentro de um Estado laico, e ressaltou sua participação em frentes parlamentares e projetos voltados à reforma tributária, à valorização do Sistema Fecomércio e ao fortalecimento da agricultura familiar no Ceará, beneficiando cerca de 3 mil famílias. Também destacou ações na modernização do serviço público, na regulamentação de profissões e na proteção de micro e pequenas empresas. Além disso, mencionou sua liderança na Frente Parlamentar Católica, a aproximação com a CNBB e participação em eventos internacionais, incluindo o Jubileu dos Governantes. Por fim, mencionou sua relatoria do Projeto de Lei nº 1.466, de 2025, que garantiu o reajuste salarial dos servidores públicos e promoveu a modernização da gestão estatal por meio da lógica de cargos transversais, aumentando a eficiência da administração pública; e a atuação na Comissão Especial do Projeto de Lei nº 1.087, que atualizou a legislação do imposto de renda, assegurando isenção para quem ganha até cinco mil reais.

O SR. LUIZ GASTÃO (Bloco/PSD - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assumi este mandato, antes de



tudo, como cristão. Um cristão que acredita nos valores da Igreja, na liberdade de expressão, na fé e na importância de que nossas decisões políticas sejam iluminadas por esses valores. Defendo, sim, um Estado laico, mas um Estado que respeite e garanta a liberdade de todos professarem sua fé. Trabalho por um País que assegure a liberdade de cada um, inclusive a de viver e expressar a fé cristã, que faz parte da nossa história e da identidade do nosso povo.

Reforço esse meu caminho de fé. Tive a honra de, neste plenário, relatar a lei que instituiu o Dia do Rosário, verdadeiro instrumento espiritual, católico, símbolo de devoção que habita o coração do povo brasileiro. Reafirmo também meu compromisso com o Partido Social Democrático — PSD e registro meus agradecimentos ao nosso Presidente Nacional Gilberto Kassab, ao Líder Antonio Brito e a todos os companheiros de bancada pelo profícuo exercício do diálogo, da confiança e do espírito coletivo. É sob essa liderança que tenho podido exercer plenamente o mandato, integrando Comissões e relatórios relevantes. Nelas encontramos um ambiente propício para discutir temas estruturantes, sempre com equilíbrio, diálogo e responsabilidade.

Por ser oriundo do Sistema Fecomércio, trago uma vivência que me ensinou o valor do equilíbrio entre o setor produtivo, o trabalhador e o poder público. Somei esforços para impedir que 5% dos recursos do Sistema S fossem desviados para a Embratur. Opus-me firmemente a essa proposta porque acredito que não podemos enfraquecer instituições que já contribuem tanto para o desenvolvimento do Brasil. O Sistema S precisa fortalecer sua atuação, ampliar seu discurso e aprimorar sua comunicação com o Congresso Nacional e com a sociedade brasileira, tornando cada vez mais visível o impacto positivo que gera em nossas regiões.

No Estado do Ceará, uma das ações mais relevantes que desenvolvemos por meio do Sistema Fecomércio é o projeto de aquisição de gêneros alimentícios, realizado através do credenciamento da agricultura familiar, através de cooperativas, desde julho de 2023. O Sistema Fecomércio conduz esse programa profundamente transformador, adquirindo alimentos diretamente das cooperativas, fortalecendo a economia local e garantindo o abastecimento das unidades operacionais do sistema em todo o Estado.

Atualmente, o projeto reúne 29 cooperativas distribuídas em diversas regiões do Ceará, atuando em setores como agricultura, pecuária, piscicultura e carcinicultura. A iniciativa beneficia diretamente cerca de 3 mil famílias, promovendo a geração de renda, inclusão produtiva e sustentabilidade. Desde o início, já foram investidos aproximadamente 40 milhões em compras que abastecem as unidades do Serviço Social do Comércio — Sesc e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — Senac do Ceará. Somente em 2024, o projeto já doou cerca de 17 toneladas de alimentos para instituições cadastradas, reforçando o elo entre a produção, o comércio e a responsabilidade social.

Desde o primeiro dia deste mandato, eu tenho buscado construir pontes entre quem produz, quem trabalha e quem governa, porque o Brasil não precisa



escolher lados. O Brasil precisa ter equilíbrio. Um país forte é aquele em que empresas prosperam, trabalhadores são valorizados e os consumidores são respeitados. Nesse sentido, tive a honra de integrar grupo de trabalho na Câmara dos Deputados responsável pela regulamentação da reforma tributária. Aquele foi um processo intenso, marcado por muito diálogo e pela busca de consensos. Nossa atuação foi fundamental para assegurar que a nova legislação não penalizasse os pequenos negócios, os microempreendedores e as cooperativas, que são pilares da nossa economia nacional.

A reforma tributária teve como eixo central a tributação sobre o consumo, substituindo um sistema complexo e fragmentado por um modelo novo, mais simples e transparente. Os impostos sobre consumo foram substituídos por um modelo de IVA Dual, Imposto sobre Valor Agregado dividido em dois níveis. Um dos níveis é a Contribuição sobre Bens e Serviços — CBS, de competência federal, o outro é o Imposto sobre Bens e Serviços, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A lógica é que o imposto incida sobre o valor agregado de cada etapa da cadeia produtiva, evitando a cascata tributária. Defendemos a simplificação da redução da carga sobre os setores essenciais e a preservação de benefícios para atividades estratégicas. Lutamos por um mercado regulado por concorrência justa que valorize os menores e garanta condições equilibradas de competitividade. Também reafirmamos a importância de reconhecer empresas e empresários como entes sociais que geram empregos, movimentam a economia e contribuem para o bem-estar coletivo.

Portanto, trabalhamos para que a reforma fosse justa, equilibrada e capaz de impulsionar o crescimento econômico do País sem sacrificar quem mais precisa e fortalecendo as bases do cooperativismo e da agricultura familiar. No mesmo espírito, fui autor do projeto da lei de tributação em bases universais, uma proposta que promove justiça social ao assegurar que empresas multinacionais e nacionais invistam mais em território nacional. Também participei da Comissão Especial que analisou o Projeto de Lei nº 1.087, aprovado por esta Casa no dia 1º de outubro. Esse projeto representa um marco importante, pois atualiza a legislação do imposto de renda, garantindo isenção para quem ganha até 5 mil.

Durante os trabalhos da Comissão, e, posteriormente, no debate no plenário, defendi a necessidade de que a nova sistemática tributária fosse equilibrada e não criasse distorções. Minha contribuição foi no sentido de assegurar a soma da carga tributária incidente sobre empresas e sobre os rendimentos das pessoas físicas não ultrapasse o que já era praticado hoje no imposto de renda e na contribuição social sobre o lucro. Essa ideia busca preservar a competitividade das empresas, evitar sobreposição de tributos e garantir segurança jurídica para o ambiente de negócios.

Neste ano, tive a oportunidade de relatar em plenário o Projeto de Lei nº 1.466, de 2025, que assegurou o reajuste salarial dos servidores públicos e trouxe



avanços significativos para a gestão do Estado.

O parecer que apresentei não apenas integrou as áreas de apoio do Governo — como administração, tecnologia e recursos humanos —, mas também introduziu a lógica dos cargos transversais, permitindo melhor aproveitamento dos profissionais e garantindo mais eficiência à gestão pública. Essas mudanças representam um passo importante na valorização do servidor e na modernização do serviço público brasileiro.

O projeto foi aprovado pelas duas Casas e sancionado, transformando-se na Lei Ordinária nº 15.141, de 2025.

Registro, ainda, o meu reconhecimento à Ministra Esther pela condução exemplar desse avanço e pela busca por um serviço público cada vez mais eficiente, transparente e próximo da população.

Durante este mandato, trabalhamos para aprimorar a legislação em favor do desenvolvimento nacional. Entre as iniciativas, destaco a redução das multas do Simples Nacional; o Refiz das micro e pequenas empresas, garantindo fôlego a quem mais trabalha e gera renda; a regulamentação da profissão de corretor de moda — setor que movimenta bilhões e abre espaço, principalmente, para mulheres e jovens; e a criação da política nacional de responsabilidade econômica, que assegura segurança jurídica, estimula o investimento produtivo e protege a livre iniciativa.

Nesse ponto, destaco o trabalho das Frentes Parlamentares, que exercem papel estratégico na atividade legislativa, funcionando como fóruns permanentes de diálogo entre o Parlamento, o setor produtivo e a sociedade. Participo da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços, que reúne Deputados e Senadores em torno de pautas como simplificação tributária, desoneração da folha de pagamentos, modernização das relações de trabalho e fortalecimento do setor que responde por mais de 70% do PIB e gera a maior parte dos empregos formais. Entrego-me também à Frente Parlamentar do Empreendedorismo, que atua na defesa de um ambiente de negócios mais competitivo e inovador.

Dando continuidade ao meu trabalho, tive a honra de ser indicado pelos meus pares para presidir a Frente Parlamentar Católica, espaço de articulação suprapartidário que busca valorizar os princípios éticos, sociais e humanitários na formulação de políticas públicas, tendo como elemento balizador os princípios da fé cristã.

Essas frentes são instrumentos que transcendem ideologias e colocam o Brasil acima das diferenças, permitindo a construção coletiva de soluções para os grandes desafios nacionais e aproximando o Legislativo das demandas reais da sociedade.

Na Frente Parlamentar Católica, iniciei meu trabalho estabelecendo um diálogo direto com a CNBB. Para isso, estive reunido com o presidente da entidade, Dom Jaime Cardeal, e com o Secretário-Geral, Dom Ricardo, aproximando



esta Casa Legislativa do órgão que conduz a Igreja Católica no Brasil e fortalecendo laços de cooperação em torno de pautas de interesse social e humanitário.

Em Brasília, participamos do retiro dos Parlamentares, conduzido pelo Padre Eduardo Dougherty, com o tema: *“Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei.”*

Nas dependências desta Casa, também aconteceu o Seminário de Doutrina Social da Igreja, em parceria com a CNBB, reafirmando que os valores cristãos devem orientar não apenas a vida privada, mas também as decisões políticas e sociais.

Também tivemos a oportunidade de, neste Plenário, trazer e fazer acolhida da imagem peregrina de São Miguel, em sessão solene realizada em parceria com o Instituto Hesed, de autoria da Deputada Simone Marquette.

A imagem, vinda diretamente do Monte Gargano, trouxe consigo um forte simbolismo de proteção, renovação e fé cristã em nosso País e no nosso Parlamento.

Em maio deste ano, vivi a emoção de participar, ao lado de Parlamentares brasileiros, da Missa das Exéquias do Papa Francisco, diante do caixão de um homem santo que guiou a Barca de Pedro com humildade e firmeza e que renovou em todos nós o chamado à unidade da Igreja.

Já em junho, a delegação da Frente Parlamentar Católica participou da peregrinação do Jubileu dos Governantes, atravessando a Porta Santa, de São Pedro, em um gesto de fé e renovação espiritual. O evento também incluiu uma audiência com o Papa Leão XIV, na ocasião em que o Santo Papa ressaltou a importância de desenvolver políticas públicas orientadas pela justiça social, pela dignidade humana e pela verdadeira caridade no exercício do poder, reafirmando o compromisso de cristão de colocar o bem comum acima dos interesses particulares.

Graças a um requerimento de nosso mandato, o Ministério do Turismo incluiu o evento Misericórdia Brasil no calendário oficial, um encontro de fé que cura e já ultrapassa fronteiras, reunindo mais de 500 mil pessoas presencialmente, com um alcance de mais de 500 mil por acessos virtuais.

Na Câmara, realizamos missas mensais, sempre na primeira quarta-feira, fortalecendo a vida espiritual dos que fazem a Casa Legislativa. Fazemos também as missas no dia 12, em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, colocando todos sob sua proteção.

Como ensinou João Paulo II, a fé e a política se encontram quando ambas se colocam a serviço do homem, da sua dignidade e da sua vocação. Esse trabalho também é um compromisso que me credenciou para novas responsabilidades e sou fiel defensor na luta mais fundamental da existência, pois toda a vida



humana é sagrada e inviolável, desde a concepção. Diante disso, não fechamos os olhos para as práticas e decisões que ameaçam esse princípio.

Recentemente, a Resolução nº 258, de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ampliou indevidamente os chamados direitos reprodutivos, estimulando o aborto até 9 meses de gestação, inclusive em casos envolvendo crianças e adolescentes, sem exigir consentimento ou comunicação aos pais. Sobre essa questão, a Frente Parlamentar Católica tem se posicionado com firmeza e responsabilidade, conduzindo o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de autoria da Deputada Chris, que susta os efeitos dessa resolução e reafirma o compromisso do Parlamento com a preservação da vida, desde a concepção, com autonomia da família como núcleo legítimo da decisão e com respeito à Constituição Federal.

Senhoras e senhores, tudo o que apresento aqui tem um ponto em comum: equilíbrio, diálogo e compromisso com o Brasil real. Não se trata de escolher entre trabalhador e empreendedor, trata-se de compreender que um depende do outro. O Brasil que queremos precisa de empresas que prosperem, trabalhadores respeitados e consumidores protegidos. Essa é a base de um país justo, produtivo e humano.

O Ceará tem sido minha inspiração. É pelo Ceará e pelo Brasil que seguiremos trabalhando com coragem, fé e esperança, defendendo o emprego, a renda, a família e a dignidade de cada brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 4/5

235.2025	Sessão Ordinária - CD	28/10/2025-16:04
Publ.: DCD - 29/10/2025	- Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
225		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado anunciou a apresentação de Projeto de Lei Complementar nº 194, de 2025, que institui o que nomeou de Super-Simples 5.0, uma proposta de modernização do regime tributário simplificado, visando comemorar os 20 anos do Simples Nacional e integrá-lo ao novo modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA 5.0), com previsão de cobrança eletrônica instantânea e crédito universal. Defendeu que a nova sistemática ampliará a competitividade, longevidade, empregabilidade e rentabilidade das micro e pequenas empresas, beneficiando o comércio nacional. Ainda, informou que solicitou ao Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, a criação de uma Comissão Especial para debater a matéria, com objetivo de antecipar a entrada do PLP em 2027, junto



com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), antes da incorporação do ISS e ICMS prevista para 2029. Por fim, conclamou o apoio de todos os partidos e entes federativos para a aprovação da medida, que representará uma revolução tributária.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente Deputado Lula da Fonte, no ano que vem, o Super-Simples vai completar 20 anos, e, também no ano que vem, iniciam-se os primeiros processos para a implantação do IVA 5.0, que vai ser o mais moderno IVA do mundo, com cobrança eletrônica no ato da liquidação da nota fiscal. Eu preparei um projeto de lei para comemorar os 20 anos do novo Simples 5.0, no mesmo padrão da Lei Complementar nº 123, de 2006, a lei do Super-Simples, e do Super IVA. Teremos um super Super-Simples 5.0, totalmente eletrônico, com cobrança instantânea, com crédito universal, o que vai aumentar a competitividade de todas as micro e pequenas empresas instaladas no Brasil, vai elevar a longevidade das empresas, a empregabilidade e a rentabilidade, vai melhorar o desempenho do comércio nacional. Todos vão ganhar.

Para isso, nós precisamos do apoio desta Casa. Se ela quer ser reformadora, transformadora, é preciso que os Líderes se debrucem sobre esse projeto que eu apresentei e que já está em tramitação. Já pedi ao Presidente da Casa, o Deputado Hugo Motta, que crie uma Comissão Especial para o IVA Super-Simples 5.0, para que ele entre em vigor em 2027, junto com a CBS, incluindo o ISS e ICMS, que estão previstos somente para 2029. Nós queremos antecipar para 2027 a vigência do Simples Nacional, em favor dos 9 milhões de micro e pequenas empresas e, quem sabe, também dos MEIs de todo o Brasil, e também queremos regularizar essa parte junto com a parte da CBS, federal. Essa seria uma grande revolução tributária em favor das micro e pequenas empresas, com um sistema totalmente eletrônico, crédito universal, sem burocracia. Haveria ganhos espetaculares para todos — formalização, emprego, melhoria das condições das empresas, concorrência. O Brasil teria muito a ganhar com essa nova modalidade.

Estou aberto à discussão do tema. Vamos começar uma campanha nacional a partir da criação da Comissão Especial, em que podemos ter uma boa parceria de todos os partidos políticos, do Governo, dos Estados e dos Municípios.

Documento 5/5

237.2025	Sessão Ordinária - CD	30/10/2025-12:44
Publ.: - -	Lafayette de Andrada-REPUBLICANOS -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, que altera o art. 37 da Constituição Federal, para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza. Além disso, destacou que foi votada a urgência para a reforma do Código Tributário Nacional, Projeto de lei Complementar (PLP) nº 124, de 2022, originário do Senado e elaborado por juristas coordenados pela Ministra Regina Helena, do STJ. Ressaltou ainda que, após tramitação no Senado e aprovação, o projeto chegou à Câmara dos Deputados, sendo submetido à Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu pequenas alterações incorporando contribuições de Secretarias de Estado da Fazenda e setores econômicos. Destacou também que o substitutivo foi encaminhado ao Ministério da Fazenda e à Receita Federal para parecer final. Por fim, informou que a reforma moderniza o Código Tributário Nacional, facilitando acordos e pagamentos para contribuintes e possibilitando ao Fisco negociar dívidas de pequena monta, beneficiando cidadãos, contribuintes, Governo e Tesouro.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou chegando da Comissão da Medida Provisória nº 1.304, de 2025, cujos debates acabam de ser encerrados no Senado Federal.

O Republicanos, nessa matéria da emenda constitucional, vota favoravelmente, porque é importante para o professorado brasileiro, para o magistério. Essa é uma medida importante que se toma neste momento.

Paralelo a isso, Sr. Presidente, eu queria dizer que, na semana passada, nós votamos a urgência para a reforma do Código Tributário Nacional. Essa é uma reforma oriunda do Senado, que foi feita por um grupo de juristas coordenados pela Ministra Regina Helena, do STJ, que é uma professora renomada de Direito Tributário no Brasil.

O grupo de juristas apresentou um anteprojeto, e esse anteprojeto tramitou no Senado ao longo do ano passado. Finalmente, concluíram o projeto, que foi aprovado no Senado e veio para a Câmara dos Deputados. Aqui na Câmara dos Deputados, o projeto foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça. Eu tive a honra de ser designado pelo Presidente da Comissão como Relator do projeto. O projeto havia passado pela Comissão de Finanças e Tributação. Não houve nenhuma alteração no texto original do Senado. E, agora, na Comissão de Constituição e Justiça, fizemos algumas pequenas alterações, escutando comitivas de Secretarias de Estado da Fazenda e alguns setores econômicos, que trouxeram algumas pequenas contribuições. Nós apresentamos um substitutivo acatando essas pequenas contribuições, e esse nosso substitutivo foi, agora, encaminhado ao Ministério da Fazenda, à Receita Federal, que ficaram de dar o último parecer, mas, pelas conversas preliminares que tivemos, sabemos que todas elas serão devidamente acatadas também no seu escopo. Portanto, acreditamos que na semana que vem teremos plenas condições de votar, porque, e vou apenas adiantar um pouco do mérito, teve pequenas alterações — pequenas, não, importantes alterações — o Código



Tributário Nacional.

O nosso Código Tributário é antigo, e essas alterações modernizam, facilitam ao contribuinte fazer acordos, pagar de maneira mais rápida, e facilitam também ao próprio Fisco, ao Governo, negociar dívidas de pequena monta, ou seja, modernizam o Código Tributário Nacional.

Sr. Presidente, será um grande ganho para o País: ganha o cidadão; ganha o contribuinte, que terá meios mais eficazes de acertar a sua vida, de propor acordos, de fazer ajustes; ganha também o Fisco; ganha o Governo; ganha o Tesouro, porque vai ter melhores condições de fazer acordos com dívidas de pequena monta. Tem grande capilaridade, mas, na soma, no conjunto, esse é um recurso considerável que o Governo vai poder negociar com os contribuintes de maneira positiva para as duas partes.

Portanto, acreditamos que na semana que vem estaremos em plenas condições de votar esse grande avanço para o Código Tributário Nacional Brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
